

A literatura como forma de conhecimento, ou da realidade concreta das palavras

489

Rafael Miguel Alonso Jr.¹

Quando se caminha pelo corredor da morte, antes do desligamento definitivo, por vezes se é instado a pronunciar as últimas palavras. Um pedido desesperado de clemência, uma oração, um grito, um insulto aos algozes. Se ainda resta, contudo, um resquício de esperança de seguir vivo, o réu deve, com suas derradeiras palavras, apresentar razões plausíveis para não ser morto – justificar-se. Acredito que essa é a situação em que se encontram no Brasil, hoje, professores de literatura, professores de ciências humanas ou simplesmente professores. A questão que pretendo desenvolver neste ensaio não está, necessariamente, colocada pela pandemia. Assim como Byung Chul-Han (2020), não acredito que vírus sejam capazes de fazer revolução. Ao contrário. A pandemia não parece ter feito outra coisa

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

que acentuar problemas que já estavam na mesa. Acelerar processos. Ou mostrar, como afirma Ailton Krenak (2019), que talvez não seja mais possível adiar o fim do mundo. A universidade enquanto lugar de proposição de modelos teóricos é uma dessas questões. É uma questão central.

Cena 1

Antes mesmo de, finalmente, produzir a sua *live*, Caetano Veloso, no início de julho, é filmado por sua companheira Paula Lavigne, em *storie* da rede social *Instagram*. Lavigne faz as costumeiras brincadeiras com Caetano, neste caso, em especial, sobre a kombucha, bebida favorita do artista baiano, e o questiona acerca da programação de mais um dia em quarentena. Caetano está deitado na cama, enrolado no edredom, de pijama de botão branco, com a cabeça apoiada sobre travesseiros que parecem confortáveis. Lavigne não aparece na imagem. Veloso explica que acordou e ligou a TV no noticiário, mas, como queria voltar a dormir, trocou de canal e colocou no programa *Chaves*, acrescentando: “Eu gosto de Chaves. É dublado. Comédia bem baixo nível. Quando tem Chaves eu pego e assisto”. No vídeo, Caetano afirma ainda que, naquele dia, tinha voltado, depois de muitos anos, a um livro de Heidegger sobre Nietzsche, em tradução ao inglês. No mesmo momento, Lavigne cravou a piada que, horas depois, ganharia os *sites* de fofoca e de celebridade. “Caetano vê *Chaves* e lê Heidegger” – estereótipo perfeito do artista de MPB, *tropicalhesco*, que, desprovido de preconceitos, e apesar da sólida formação intelectual, flutua entre a cultura popular e a cultura erudita. Não foi esta, porém, a imagem que me fisionomou, mas a do senhor artista de 78 anos, que não fez a sua carreira no meio universitário e não encontrou na escrita acadêmica a sua *forma mentis* de articulação, e que lê, na parte final da vida, um livro de Heidegger versando sobre Nietzsche. A alguém, como eu, habituado às estratégias instrumentais de leitura, isto é, a esta leitura de lapiseira na mão, que grifa, que entra no texto sabendo o que quer encontrar, que lê para citar, esse gesto causou surpresa. Não deveria causar, é claro, especialmente se pensamos na sugestão de Michel de Montaigne (1533-1592), a quem filosofar é aprender a morrer. O fato é que há, ou deve haver, uma beleza em ler Heidegger

falando de Nietzsche, beleza esta que os ultrapassa enquanto filósofos históricos e conhecidos e que não se manifesta, necessariamente, em suas respectivas obras. E deve haver, ainda, alguma coisa nesse texto-aula que interessa aos dias de hoje, e que, conscientemente ou não, motivou o artista em idade avançada, muito lúcido, a abrir estas páginas novamente, décadas depois. Corta.

Muitas vezes escutei, e eu mesmo repeti, que a potência da literatura está na sua inutilidade, ideia justificada, geralmente, a partir da noção de *dispêndio* de Georges Bataille (2013). Segundo esta tese, a literatura, como a arte em geral, não se presta a um fim específico, não tem finalidade, não se fundamenta na relação causa e efeito. Leio um romance porque me dá prazer. Não ganho nada (dinheiro) com isso e isso não me leva a lugar algum. Da mesma forma, a potência epistemológica da literatura estaria, justamente, na sua inadaptabilidade a nenhum campo do conhecimento em específico, como aliás é típico daquilo que não serve para nada. A literatura, assim, não constituiria um campo de estudo, mas em compensação atravessaria quase todos os outros. Esse último aspecto explicaria também a heterogeneidade dos próprios programas de Pós-Graduação em Literatura no Brasil, que abrem as portas aos projetos mais variados (música, dança, teatro, artes visuais, cinema, direito, etc.) e a pessoas das mais diversas formações. Eu mesmo formei-me em Jornalismo.

491

Ocorre que essas ideias conduziram, por vezes, a posições perigosas. Todo chamado à justificação de uma pesquisa passou a ser entendido como uma necessidade de mostrar a sua aplicabilidade. E esse chamado ofendia a quem, orgulhosamente, defendia que sua pesquisa, porque teórica e literária, não servia para nada. Da mesma forma, ter de elencar razões para que a pesquisa merecesse ser desenvolvida ou apontar elementos objetivos que amparassem, na circunstância concreta, aquela pesquisa, significaria falsificar um pensamento que tinha no *des-uso* a sua máxima importância. E não me refiro, neste caso, aos capítulos de justificativa e relevância dos projetos de pesquisa que apresentamos, sempre tão protocolares e publicitários, e nem à urgência que pesquisas têm, em realidades

economicamente desiguais, como a brasileira, de provar o seu poder de transformação social.

As premissas mencionadas anteriormente também levaram, por vezes, os estudiosos da literatura a contraporem-se à ciência, ou a uma certa ideia de ciência, positivista, sistemática e que visa à preparação de produtos comercializáveis – um resultado. Nessa contraposição, é a literatura quem sempre sai ganhando, já que, ao negar a sua cientificidade, também revela, no mesmo movimento, as bases ficcionais em que se assenta a própria ciência. Não há ciência que se sustente sem fingimento, sem *como se*. Veja-se, a esse respeito, toda a reticência que envolve a expressão *ciências da linguagem*. Sistemas totalizantes *versus* fragmentos, inutilidade *versus* finalidade, razão iluminista *versus* razões do imaginário: pares dicotômicos que confeririam vantagem epistemológica à literatura, bem como à sua possibilidade de profanação.

492

Ocorre que, em meio ao genocídio brasileiro, o que nos restou, com toda a urgência que a pandemia demanda, foi acusar o seu responsável direto, com todas as nossas forças, de *negacionista*. O mandatário brasileiro seria criminoso sobretudo por negar a ciência, e não as ciências humanas, neste caso, mas as ciências ditas duras: totalizantes, utilitárias e voltadas à produção de drogas. Para além disso: quando precisamos justificar a importância da universidade pública em meio ao caos, e a sua sobrevivência para o novo caos, que virá, nos apressamos em dizer que ela está sequenciando o vírus, produzindo álcool em gel, construindo ventiladores mecânicos de baixo custo, desenvolvendo testes rápidos, atendendo doentes carentes nos hospitais universitários, preparando vacinas, etc. Fico com a impressão que, caminhando pelo corredor da morte, acabamos por buscar a justificativa de nossa sobrevivência naquilo que, em muitos momentos, recusamos. Nunca negamos a ciência, como faz o nosso chefe de estado, mas costumeiramente nos aproveitamos dela para, em contraposição, ressaltar o suposto potencial crítico – e político – de nossos escritos.

Apesar dos esforços da física moderna, da matemática especulativa, da biologia genética e mesmo das divagações filosóficas acerca de outras ontologias, a ciência costuma ocupar, do ponto de vista dos estudiosos da literatura, o lugar autoritário, mas, ao mesmo tempo, ingênuo, de porta-voz

da verdade. O pensamento científico é desenhado enquanto forma objetificadora da vida – a crueldade nazista, por exemplo, residiria sobretudo no seu aspecto científico. O monstro não é Hitler. Monstruoso é o campo. A banalidade do mal, nas palavras de Hannah Arendt (1999), ou o campo de extermínio transformado em loja de departamentos. Vilém Flusser (1984), em ensaio sobre a tradução, lembra que o verbo demonstrar, se desmembrado, solta o flagelo *monstrar*, o que implica em dizer que toda demonstração, ou seja, toda exposição que se deseja clara, científica, é sempre monstruosa, ideia que Jacques Derrida (2010) explora, nos seminários *A besta e o soberano*, ao escancarar o caráter fabular do discurso político: *como queríamos demonstrar*. À ciência, caberia o experimento, enquanto à literatura, ou à arte em geral, caberia a experiência. A ciência ficaria incumbida do teste que visa à repetição sem falhas, enquanto a literatura operaria a partir do acaso, sempre errático.

493

Sendo assim, a ciência poderia, na melhor das hipóteses, e com o avanço desenfreado da tecnologia, livrar-nos das tarefas burocráticas e dos trabalhos não-intelectuais a fim de nos liberar para as práticas criativas e prazerosas. Quando esse ponto culminante fosse atingido, o terreno estaria preparado para a realização imanente do *homo ludens*, devaneio com o qual flertaram, entre outros, Oswald de Andrade (1978) e Herbert Marcuse (1975).

No entanto, se isso pode ser suficiente para salvar, quem sabe, parte da universidade pública, não será suficiente para nos salvar. Como também não adiantará, quantitativamente, listar as nossas múltiplas tarefas para além da sala de aula: ler, escrever, traduzir, publicar, participar de congressos, orientar pesquisas, coordenar projetos de extensão, participar de reuniões de departamento, etc.

A hipótese que levanto aqui é que será fundamental nos habituarmos a justificar publicamente (inclusive na virtualidade) a relevância de nossas pesquisas em literatura, e o ensino da literatura, sem que isso implique em falsificação ou simplificação prática daquilo que é da ordem da elaboração teórica. E isso em nada tem a ver com pesquisar *os fenômenos da cultura de massa*, ainda que estes mereçam atenção, mas em justificar a centralidade metodológica da literatura para a compreensão de qualquer fenômeno. É

preciso defender a literatura como forma de conhecimento. Buscar argumentos não-instrumentalizados que justifiquem a possibilidade que a literatura nos abre de compreender, e reconfigurar, a realidade concreta. É saber explicar o porquê, do ponto de vista do entendimento da pandemia e dos seus efeitos, é muito mais interessante ler *A peste*, de Albert Camus, do que assistir aos telejornais da *Glononews* diariamente. Ou seja: não é que a literatura seja inútil, ela apenas faz da informação factual o seu ponto de partida, e não o seu ponto de chegada, o que está longe de implicar em desprezo pela realidade objetiva.

A potência da ficção, como recorda Jacques Rancière (2009), não é a de sondar outros mundos possíveis, imaginários e fantasiosos, mas a de munir a vida corrente de outros regimes de representação. Reorganizar o sensível que compartilhamos neste mundo. As coisas poderiam ser diferentes do que são, é evidente, mas neste mesmo mundo em que vivemos. A literatura, no contexto atual, pode servir à articulação, o que não significa prestar-se à explicação, do absurdo.

494

Cena 2

Ao final do semestre, uma aluna me escreve para agradecer: as aulas ministradas, os textos recomendados e por ter oferecido, segundo ela, as aulas de filosofia que quisera ter tido, mas que a escola não lhe dera. No mesmo *e-mail*, também comenta que o texto *O que é o contemporâneo?*, de Giorgio Agamben (2009), era o que mais tinha gostado, e que inclusive transcrevera uma das passagens em seu caderninho pessoal, de modo que aquelas palavras lhe acompanhariam pelo resto da vida. Imediatamente me dei conta que, a mesma aluna que me contava essa experiência emocionante, absolutamente ignorava a acalorada discussão acadêmica acerca do suposto tom bolsonarista das intervenções recentes do filósofo italiano, nas quais reflete sobre a pandemia. Não desmereço a relevância acadêmica que pode haver em colocar em xeque um dos mais importantes filósofos vivos, mas passei dias a meditar sobre a beleza, e não a ingenuidade, do gesto de quem lê um texto reconhecendo um autor, mas desprezando a autoridade. Corta.

Sobre esse assunto, remeto a uma passagem de carta enviada por Vilém Flusser a Celso Lafer a 1 de agosto de 1964. Lafer tinha então 23 anos e Flusser dava seu *feedback* de um artigo que o aluno havia lhe remetido:

Por incrível que possa parecer, consegui na segunda leitura do teu artigo ultrapassar os obstáculos da citação e os abismos da erudição, para alcançar o que é, ao menos o creio, o fio do teu argumento. Os acidentes do terreno que mencionei tornaram quase impossível a apreciação do teu estilo, já que praticamente toda frase (e todo pensamento) está cortada, distorcida ou violentada pelas incursões alheias. Mas tive a impressão irritante que teu estilo se dirige não tanto para o teu assunto, mas para o teu leitor, e, o que é pior, para determinados leitores. Como peça de engrenagem da tua carreira acadêmica, o artigo é portanto provavelmente excelente (...) Certamente você desculpará, justamente por isto, a minha preocupação digamos paterna, em ver você afundar na conversa fiada das bibliotecas, e no minueto das reverências recíprocas de autores lidos uns pelos outros. Por amor à atualidade, enfim, à vida, quebre esse círculo encantado em tempo! (FLUSSER, 1964, *Correspondência*)

495

Essa é a passagem que eu transcrevi no meu caderninho, e que volta constantemente à minha cabeça, sempre que escrevo um texto acadêmico ou leio um texto em alguma revista especializada. Não se trata, como é óbvio, de pregar uma escrita com o corpo ou de ceder ao anti-intelectualismo. Flusser, como judeu, e que teve a família toda assassinada pelos alemães, sabe para onde levam essas ideias.

Em termos práticos, já que precisamos, neste momento, pensar uma resposta prática, minha sugestão é substituir a citação pela articulação. Não falo de citação como Walter Benjamin (1994a) a pensou, isto é, como possibilidade de referência materialista da história, mas a *citação-rubrica*, aquela que não à toa costuma aparecer ao pé da página, como para referendar o texto. Articular, diferentemente desta forma de citar, seria não apenas mencionar um conceito, mas mostrar o seu funcionamento. Optar pelo desenvolvimento demorado e detido ao invés da acumulação irrefletida. Arriscar-se a propor modelos teóricos que sejam capazes de explicar a nossa própria circunstância. As melhores citações costumam ser as de memória, pois vão ao encontro do fluxo do pensamento. Admiro

imensamente os pensadores que não têm biblioteca, que não grifam livros, que citam de cabeça, que falam de livros que leram pela metade.

Não é apenas por falta de leitura que alunos costumam gostar mais dos papos de boteco com o professor do que das aulas propriamente ditas. É nas conversas descompromissadas, nas quais o pensamento pode derivar livremente, que os estudantes conseguem materializar a ampliação da leitura do mundo aberta pelos modelos teóricos. Acho que seria necessário levar essa forma de articulação também para as revistas acadêmicas e para nossas comunicações públicas. E não apenas quando estamos com medo do futuro.

No livro *Gestos* (2014), Vilém Flusser divide o gesto de fazer em entender e pesquisar. Entender é um movimento objetivo que coloca os objetos lado a lado a fim de compará-los. Entender o mundo é passear pela superfície dos objetos. É o gesto do homem que assumiu a posição ereta e que precisa, frente a este mundo hostil, separar o que lhe pode ser útil e o que lhe pode ameaçar. O gesto de pesquisar é outro. Penetra os objetos, não para uma comparação entre si em escala de valores, mas para uma articulação com os valores do pesquisador. Conhecer um objeto significa forçá-lo a oferecer resistência diante da pressão das mãos, obrigando-as, assim, a descobrir as suas estruturas internas. As mãos se encontram sobre o objeto quando desejam entender, e dentro deles quando desejam conhecer. Pesquisar é se colocar dentro, estar atado ao objeto.

496

Tendo entendido, sob a resistência brutal da matéria bruta, que são aptas a manufaturá-la, as mãos passam a adaptar a estratégia apropriada. Mas tal estratégia implica que a forma, dentro da qual o objeto deve ser impresso, deve ser adaptada. Não se trata na estratégia de manufatura, apenas de modificar o objeto em função da forma, mas igualmente de modificar a forma em função do objeto entendido em profundidade. Destarte, podem surgir formas “novas”, isto é, perturbações provocadas em formas “velhas” pela resistência de objetos profundamente entendidos. Tal modificação de formas por mãos que não cedem à resistência do objeto, mas a incorporam na forma, pode ser chamado o gesto “criativo”. Nele podemos observar, concretamente, como formas nascem. Podemos observar, concretamente, a “poiesis”, e destarte, libertar-nos da ideologia platônica do “realismo das ideias” que continua nos afligindo de uma maneira ou outra (FLUSSER, 2014, p. 91)

A diferença que antes estabeleci entre citar e articular em muito se parece a essa distinção que Flusser estabelece entre entender e pesquisar. O entendimento e a citação são partes importantes do processo, mas tendem a nos colocar fora. Podem nos afastar daquilo que visamos entender. Já a articulação e a pesquisa tendem a nos colocar dentro. Aquele que pesquisa não se afasta do assunto pesquisado. Seria neste ponto em que, talvez, o pensamento assumiria a forma do ensaio.

Cena 3

Em março de 2020, quando as aulas foram para o Zoom, criei um grupo de estudo com cinco alunos. Inicialmente, discutíamos textos teóricos, escolhidos por mim, a fim de refletir sobre a pandemia. Muitos desses textos pincei na excelente série de publicações da editora *n-1*, desses textos redigidos e traduzidos no calor do momento, mas que ganham nas redes sociais, ao menos alguns deles, o status de *texto essencial para entender a pandemia*. Depois de dois meses, e mesmo diante de ensaios geniais, como o *aprendendo do vírus*, de Paul B. Preciado (2020), os alunos e eu percebemos, espontaneamente, que as discussões repetiam-se e tornavam-se tediosas, e em comum acordo, e sorriso no rosto, decidimos: vamos ler literatura! Foi então que lemos *A peste*, depois *1984*, de George Orwell, e finalmente *O conto da aia*, de Margaret Atwood. Ainda que tenhamos optado pelo viés assim classificado como distópico, foi impressionante como as conversas ganharam vida, bem como percebi uma mudança profunda na intensidade da experiência de leitura, e no envolvimento existencial e afetivo com o texto. Falo de estudantes leitores, mas a quem as sopas teóricas disseram pouco, diferentemente da narrativa literária. Corta.

Em *Os trabalhadores do mar*, Victor Hugo (2002) insere a palavra *pieuvre* no dicionário francês. Até então, o termo para se referir ao polvo era *poulpe*. Não que a nova palavra introduzida por Hugo tenha substituído a mais antiga. O neologismo criado pelo romancista visava abranger a espécie de polvo de maiores proporções, conseqüentemente mais perigosa e mortífera. Na língua alemã, há também a distinção entre o *oktopus*, que carregaria o mesmo sentido de *poulpe*, e o *krake*, que incluiria os grandes

seres tentaculares que, de acordo com algumas narrativas literárias e tratados de pretensão científica, já teriam sido confundidos com ilhas e feito por vítimas marinheiros desavisados. Jorge Luis Borges (1979) acrescenta o *kraken* à sua coleção de seres imaginários e parte justamente do fato deste animal se parecer a uma ilha flutuante e de poder turvar a água do mar com o lançamento de sua tinta para postular o *kraken* como uma magnificação do polvo (*pulpo*, no espanhol).

O capítulo do livro que descreve a *pieuvre* se intitula *monstro*. Para criar o monstro, Victor Hugo cria a própria palavra. Definir alguma coisa é sempre atribuir uma palavra. A coisa não preexiste à palavra. Acadêmicos também poderiam dizer sem medo de errar que, neste caso, Hugo criou um *conceito* de polvo. Criar um conceito é sempre criar uma palavra. Toda tentativa de conhecer é literal, literária. Conhecer a realidade é conhecer a realidade das palavras.

Benjamin (1994b) estava certo ainda em 1936 quando afirmou que a crise da democracia era a crise da exposição do político profissional. Mas a crise da democracia, a da brasileira, por exemplo, é também uma crise literária. A *guerra da narrativa* não é, nem de longe, um problema apenas de *fake news*, mas tem a ver com a apropriação controladora, com a usurpação, por parte principalmente do discurso midiático jornalístico, das palavras utilizadas para contar a história. É evidente, como já apontou Benjamin, que vivemos dentro de um regime de visibilidade do qual emergem como vencedores o herói, a *star* e o ditador, mas a crise da sociedade das imagens é também a crise na capacidade das palavras de formar imagens. Imagens outras.

Gosto muito da tradução ao espanhol do gesto de pesquisar: *investigación*. Se, por um lado, a palavra aproxima-se dos aspectos criminais, no que Carlo Ginzburg (1989) chamou de *paradigma indiciário*, por outro remonta aos estudos da semiótica, sistematizados por Charles Sanders Peirce (2005), que definem que o entendimento racional das coisas depende de um índice, de um sinal, de um elemento material. Roland Barthes (1984), em seus escritos sobre a fotografia, deu a esse elemento o nome de *isso-foi*. Décio Pignatari (2004) aproxima, não sem razão, a semiótica de Peirce à literatura, chamando o sistema do norte-americano de

proto-estética, capaz de projetar um movimento racional que conduziria da *primeiridade à terceiridade*, da impressão à generalização conceitual.

O dado bruto, o aspecto concreto do mundo, só passa a fazer sentido quando articulado linguisticamente. Não se trata de rechaçar a existência de uma realidade sensorial, que falaria antes ao corpo do que ao intelecto, mas de pensar que essa realidade difusa assedia os sentidos para ser convertida em língua. A literatura nos coloca nesse lugar da articulação, nesse *limiar*, não por um impulso racionalista a quem importaria o mundo organizado logicamente em detrimento da experiência imediata dos sentidos, mas por considerar que a experiência autêntica localiza-se justamente neste ponto em que o mundo vacila entre nada e palavra, entre nada e nonada, que nada mais é do que o ponto da articulação poética, no qual a palavra, ainda que cristalizada em imagem, ainda é larva, e que é também o ponto que retém a principal qualidade do sábio narrador benjaminiano (1994c), aquele que consegue imprimir na história a substância viva da experiência. Como o poema, a história não é contada com fatos, mas com palavras. Avançar ou regredir até o ponto em que o pensamento se articula não é buscar por uma origem perdida, que fundaria um tempo e uma história, mas procurar pelo lugar impossível onde nascem as palavras. Este é, também, o lugar da política.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Oswald de. “A crise da filosofia messiânica”. In: _____. *Do Pau-Brasil às Utopias e à Antropofagia*. Obras Completas VI. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978, p. 75-138.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita – precedida de ‘A noção de dispêndio’*. Tradução Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p. 222-232.

_____. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994b, p. 165-196.

500

_____. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994c, p. 197-221.

BORGES, Jorge Luis; MARGARITA, Guerrero. *El libro de los seres imaginarios*. Buenos Aires: Emecé, 1979.

CHUL-HAN, Byung. “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”. In: *Jornal El País*. São Paulo, 22 de março de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideias/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

DERRIDA, Jacques. *Seminário La bestia y el soberano: volumen 2001-2002*. Tradução Cristina de Peretti e Delmiro Rocha. Buenos Aires: Manantial, 2010.

FLUSSER, Vilém. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. “Exílio e criatividade” (1984). Inédito. Vilém Flusser Archiv, Berlim.

_____. *[Correspondência]*. Destinatário: Celso Lafer. São Paulo: 1 de agosto de 1964. Inédito. Vilém Flusser Archiv, Berlim.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. Tradução Machado de Assis. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PIGNATARI, Décio. “A semiótica de Peirce e sua Proto-Estética”. In: _____ *Semiótica e Literatura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

PRECIADO, Paul B. “aprendendo do vírus”. Tradução Ana Luiza Braga e Damian Kraus. In: *Pandemia Crítica*, São Paulo, número 007, n-1 edições. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/26>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

Resumo: Este ensaio-intervenção recoloca o problema da literatura como forma de conhecimento no contexto em que aqueles que estudam a literatura se veem instados a justificar o seu trabalho. Se a realidade, para ser objetiva, precisa ser articulada linguisticamente, a proposta é insistir, para além da contraposição à ciência e da recusa do seu emprego instrumental, no potencial epistemológico da literatura.

Palavras-chave: literatura; ciência; conhecimento; realidade.

Abstract: This essay-intervention puts back the problem of literature as a form of knowledge in the context in which those who study literature are urged to justify their work. If reality, in order to be objective, needs to be articulated linguistically, the proposal is to insist, in addition to the opposition to science and the refusal of its instrumental use, in the epistemological potential of literature.

Keywords: literature; science; knowledge; reality.

Recebido em: 21/09/2020

Aceito em: 17/12/2020